



### TERMO DE COMPROMISSO

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA - APPA, ALÉM DO IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, EM CARÁTER DE ANUENTE, COM VISTAS À REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E DEMAIS DEMANDAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA .**

Pelo presente instrumento, o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, Autarquia Federal de Regime Especial, criado pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nº. 7.804, de 18 de julho de 1989, nº. 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e nº. 8.028, de 12 de abril de 1990, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.659.166/0001-02, com sede no SCEN, Trecho 02, Edifício Sede do IBAMA, Bloco A, CEP 70818-900, Brasília-DF; na qualidade de compromitente e doravante denominado **IBAMA**, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **ROBERTO MESSIAS FRANCO**, portador da CI nº 710688 SSP/MG, inscrito no CPF nº 070.233.326-34, designado pela Portaria nº 383, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U de 27 de abril de 2007, e o art. 8º do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U de 21 de junho de 2002; e a **APPA – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.621.439/0001-91, com sede na Rua Antonio Pereira, nº 161, CEP 83221-030, Paranaguá/PR, na qualidade de compromissária e doravante denominado **APPA**, neste ato representada por seu Superintendente, o Sr. **DANIEL LÚCIO OLIVEIRA DE SOUZA**, portador da CI nº 1102000-3/PR, inscrito no CPF sob o nº 171.795.059-00 e, em caráter de anuente, o **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP**, autarquia estadual, Órgão executivo da Administração Indireta, vinculado à SEMA/PR, criado pela Lei Estadual nº 10.066/92 e alterada pela Lei Estadual nº 11.352/96, neste ato representado por seu Diretor-Presidente. Sr. **VITOR HUGO BURKO**.

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal garante que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, prevê o licenciamento ambiental como um dos seus instrumentos, exigindo-o para o funcionamento de atividades e obras consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, conforme requisitos estabelecidos nas Resoluções CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e nº 237, de 19 de dezembro de 1997;



TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO  
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
RENOVÁVEIS - IBAMA E A ADMINISTRAÇÃO DOS  
PORTOS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA - APA,  
ALÉM DO IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO  
PARANÁ, EM CARÁTER DE ANUENTE, COM VISTAS  
À REGULIZAÇÃO AMBIENTAL E DEMAS  
DEMANDAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS  
PORTOS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA.

Pelo presente instrumento, o INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, Autarquia Federal da Região Especial, criada pela Lei  
7.732, de 12 de fevereiro de 1989, alterada pela Lei n.º 7.804, de 18 de julho de 1989, e n.º 7.957, de  
10 de dezembro de 1989, e n.º 8.028, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Meio  
Ambiente, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.639.166/8001-02, com sede na SCEN, Trecho 02, Edifício  
Sede do IBAMA, Bloco A, CEP 70818-900, Brasília-DF, na qualidade de compromissada e  
devidamente representada pelo seu representante legal, Sr. ROBERTO  
MIRANDA FRANCO, portador de CI n.º 710588 22PMQ, inscrito no CPF n.º 070.112.724-44,  
designado pelo Portaria n.º 383, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2005, no ato  
desta assinatura que lhe confere o art. 12 do Anexo I do Decreto n.º 6.099, de 24 de abril de 2007, que  
aprova o Estatuto Regimental do IBAMA, inscrito no D.O.U. de 12 de abril de 2007, e o art. 9º  
do Regulamento Interno aprovado pela Lei n.º 10.066/03, de 14 de maio de 2002, representando  
no D.O.U. de 21 de junho de 2003, e a APA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E DE ANTONINA, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.031.439/0001-71, com sede na  
Rua Antonio Pereira, n.º 161, CEP 83321-030, Paranaguá-PR, na qualidade de compromissada e  
devidamente representada pela APA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. LUIZ  
LÓCIO OLIVEIRA DE SOUZA, portador de CI n.º 1103006-3PR, inscrito no CPF sob o n.º  
171.782.089-00 e, em caráter de anuente, o INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP,  
autarquia estadual, órgão executor da Administração Indivisa, vinculada à SEMA-PR, criada pela  
Lei Estadual n.º 10.066/03 e alterada pela Lei Estadual n.º 11.323/06, neste ato representado por seu  
Diretor-Presidente, Sr. VITOR HUGO BURNIO.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal garante que "todos têm direito ao meio ambiente  
ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,  
impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e  
futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política  
Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n.º 99.174, de 06 de junho de 1990, prevê o  
licenciamento ambiental como um dos seus instrumentos, exigindo-o para o desenvolvimento de  
atividades e obras consideradas potencialmente poluidoras, conforme regulado  
nas Resoluções CONAMA n.º 01, de 23 de janeiro de 1986, e n.º 007, de 10 de  
dezembro de 1997;



**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências, em seu art. 34 determinou que os empreendimentos implantados antes da edição do Decreto e em operação sem as respectivas licenças ambientais deveriam requerer a regularização junto ao órgão ambiental competente mediante Licença de Operação corretiva ou retificadora;

**CONSIDERANDO** os critérios de definição da competência federal para o licenciamento ambiental, constantes do artigo 10 da Lei 6938/1981, e do artigo 4º da Resolução CONAMA nº 237/1997;

**CONSIDERANDO** a necessidade de sanar as divergências suscitadas quanto à competência do licenciamento ambiental da dragagem de manutenção e de aprofundamento, além das estruturas portuárias atuais e demais ampliações da capacidade portuária dos Portos de Paranaguá e de Antonina;

**CONSIDERANDO** que o licenciamento ambiental da dragagem de manutenção foi excepcionalmente repassado por este IBAMA ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná, em maio de 2006, somente devido a informações da própria APPA sobre o caráter emergencial da dragagem para a operação regular do Porto de Paranaguá, bem como a situação de greve em curso naquela época neste Instituto.

**CONSIDERANDO** que em dezembro de 2006 o IAP expediu Licença de Operação nº 12631 para a dragagem de manutenção, com validade até 20 de dezembro de 2010.

**CONSIDERANDO** que as dragagem de manutenção e de aprofundamento incidem sobre as mesmas áreas, não havendo diferenciação nesse caso quanto aos critérios de definição de competência, determinando-se a competência federal do licenciamento dessas intervenções em conjunto com os Portos de Paranaguá e de Antonina.

**CONSIDERANDO** os entendimentos da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, constantes do Ofício 219/2009/DILIC/IBAMA, e comunicando a APPA:

- a) da impossibilidade de concessão de licenças ambientais pelo IAP para dragagem ou ampliação dos Portos de Paranaguá e de Antonina, por ausência de competência legal, nos termos do art. 10, § 4º, da Lei nº 6.938/1981 e do art. 4º da Resolução CONAMA nº 237/1997;*
- b) da invalidade das licenças ambientais que já tenham sido expedidas para as referidas obras/atividades pelo IAP, ressalvada aquela excepcionalmente repassada pelo IBAMA ao IAP por meio do Ofício nº 317/06-DILIQ/IBAMA, de caráter emergencial, com validade restrita ao período entre 29 de maio de 2006 (data do ofício) e 17 de julho de 2006 (data do fim da greve do IBAMA);*
- c) da impossibilidade de continuidade das obras/atividades de dragagem ou ampliação dos Portos de Paranaguá e de Antonina até a concessão de licenças ambientais pelo IBAMA”.*

**CONSIDERANDO** a existência de processos de licenciamento ambiental para a ampliação das estruturas portuárias referentes à: 1- Ampliação do Cais Leste (tendo como empreendedor a empresa TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá), 2- Ampliação do Cais Oeste - Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Paranaguá (tendo como empreendedor a APPA).

**CONSIDERANDO** a necessidade da continuidade dos processos de regularização ambiental do Porto de Paranaguá e do Porto de Antonina neste IBAMA, em vista da situação atual de ausência de licenciamento ambiental desses empreendimentos;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 4.340, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta artigos da Lei nº 9.387, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências, em seu art. 34 determina que os empreendimentos implantados antes da edição do Decreto e em operação sem as respectivas licenças ambientais deverão requerer a regularização junto ao órgão ambiental competente mediante Licença de Operação emitida ou revalidada;

CONSIDERANDO os critérios de definição de empreendimentos federais para o licenciamento ambiental, constantes do artigo 16 da Lei 6938/1981, e do artigo 4º da Resolução CONAMA nº 237/1997;

CONSIDERANDO a necessidade de zelar as divergências suscitadas quanto à competência de licenciamento ambiental de dragagem de manutenção e de espoliamentos, além das estruturas portuárias e demais ampliação da capacidade portuária dos Portos de Foz de Iguaçu e de Antonina;

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental de dragagem de manutenção foi excepcionalmente repassado por esse IBAMA ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, em maio de 1996, somente devido a informações da própria ABTA sobre o caráter essencial de dragagem para a operação regular do Porto de Foz de Iguaçu, bem como a situação de greve em curso naquela época neste instante.

CONSIDERANDO que em dezembro de 2006 o IAP, expediu Licença de Operação nº 12611 para a dragagem de manutenção, com validade até 30 de dezembro de 2010.

CONSIDERANDO que as dragagens de manutenção e de espoliamentos incluem entre as mesmas áreas, não havendo diferenciação entre áreas que não estejam sob o domínio de competência do licenciamento federal do licenciamento federal de intervenções em conjunto com os Portos de Foz de Iguaçu e de Antonina.

EM BRANCO

CONSIDERANDO os entendimentos da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, constantes do Ofício 219/2009-DL/IBAMA, e comunicando a ABTA:

- "a) a impossibilidade de concessão de licenças ambientais pelo IAP para dragagens ou espoliamentos dos Portos de Foz de Iguaçu e de Antonina, por ausência de competência legal, nos termos do art. 16 § 4º da Lei nº 6.938/1981 e do art. 4º da Resolução CONAMA nº 237/1997;
- b) a inviabilidade das licenças ambientais que já tenham sido expedidas para as referidas operações pelo IAP, remanejo destas excepcionalmente repassadas pelo IBAMA ao IAP por meio do Ofício nº 31704-DL/IBAMA, de caráter excepcional, com validade restrita ao período entre 19 de maio de 2006 (data do ofício) e 17 de julho de 2009 (data da fim da greve do IBAMA);
- c) a impossibilidade de continuidade das operações/dragagens de dragagem ou espoliamentos dos Portos de Foz de Iguaçu e de Antonina até a concessão de licenças ambientais pelo IBAMA."

CONSIDERANDO a existência de processos de licenciamento ambiental para a regularização das estruturas portuárias referidas à 1 - Ampliação do Cais Leste (tanto como espoliamentos e dragagens) - Terminal de Contêineres de Foz de Iguaçu, 2 - Ampliação do Cais Oeste - Terminal de Grãos Solidos do Porto de Foz de Iguaçu (tanto como espoliamentos e dragagens) e ABTA.

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das atividades dos processos de regularização ambiental do Porto de Foz de Iguaçu e do Porto de Antonina neste IBAMA, em vista da situação atual de suspensão de licenciamento ambiental dessas empreendimentos





**CONSIDERANDO** a necessidade de reapresentação dos Estudos e Programas Ambientais (RCA's/PCA's) pela APPA, em prazos adequados, para subsidiar as análises técnicas do IBAMA e demais Órgãos participantes dos processos de regularização ambiental do Porto de Paranaguá e do Porto de Antonina.

**CONSIDERANDO** a recente apresentação pela APPA do Plano de Emergência Individual dos Portos de Paranaguá e de Antonina, ainda não analisado e aprovado pelo IBAMA.

**CONSIDERANDO** as tratativas e entendimentos entre IBAMA e APPA quanto à necessidade de realização da Avaliação Ambiental Integrada no âmbito das Baías de Paranaguá e de Antonina, balizando as diretrizes e análises ambientais necessárias aos possíveis projetos futuros de ampliação da capacidade portuária, implantação de novos terminais portuários e dragagens.

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Compromisso, doravante denominado **TERMO**, com força de título executivo extrajudicial, conforme previsto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 585 do Código de Processo Civil, e nos termos constantes das cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Compromisso tem por objetivos:

- 1 - determinação de procedimentos e prazos para a regularização ambiental dos Portos de Paranaguá e de Antonina, e outros processos de licenciamento de competência federal no âmbito desses Portos;
- 2 - prestar esclarecimentos sobre os critérios de definição de competência para o licenciamento ambiental no âmbito dos Portos de Paranaguá e de Antonina.
- 3 - estabelecer prazos e condições para a realização da Avaliação Ambiental Integrada no âmbito das Baías de Paranaguá e de Antonina, quanto aos projetos futuros de ampliação da capacidade portuária, implantação de novos terminais portuários e dragagens.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**I – Cabe ao IBAMA a competência para o licenciamento ambiental das seguintes obras, projetos ou atividades:**

- A- estruturas portuárias atuais, incluindo a regularização ambiental, especificamente aquelas destinadas à atracação de navios (extensão do cais de atracação/acostagem, berços, dolphins e demais estruturas de amarração etc), estruturas de carregamento/descarregamento ou transbordo de carga em geral (guindastes, correias transportadoras e similares);
- B - ampliações portuárias, incluindo aumentos de cais de acostagem e de berços, instalação de dolphins e demais estruturas de amarração/atracação de navios, e aterros de áreas marinhas;
- C - ampliação e modernização portuária do Porto de Antonina;
- D - dragagens de manutenção e de aprofundamento do canal de navegação, de áreas de atracação de navios, de áreas de fundeio e bacia de evolução para utilização dos Portos de Paranaguá e de Antonina.

**II – São de competência estadual para o licenciamento ambiental as atividades executadas na retroárea portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina: pátios, depósitos, armazéns/silos, tancagens de óleos/combustíveis ou substâncias líquidas/gasosas etc;**

**III – não estão abrangidos neste TERMO os terminais portuários particulares em áreas exteriores ao Portos de Paranaguá e de Antonina.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – em caso de previsão de novas atividades ou empreendimentos no âmbito dos Portos de Paranaguá e de Antonina que não estejam previstos nesta CLÁUSULA, a**



**EM BRANCO**



APPA deverá realizar consulta ao IBAMA para definição da competência do respectivo licenciamento ambiental;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – as disposições desta CLÁUSULA não exime o IBAMA da prerrogativa de, em determinados casos, proceder a delegação de competência do licenciamento ambiental, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Resolução CONAMA 237/1997.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DO IBAMA**

Constituem como compromissos a serem atendidos pela IBAMA :

**I** - Realizar a condução do licenciamento ambiental das obras, projetos ou atividades de competência federal, incluindo:

- 1 - Regularização ambiental do Porto de Paranaguá;
- 2 - Regularização ambiental do Porto de Antonina;
- 3 - Ampliação do Cais Oeste (Terminal de Embarque de Granéis Sólidos);
- 4 - Ampliação do Cais Leste (ampliação do Terminal de Contêineres);
- 5 - Ampliação e Modernização do Porto de Antonina;
- 6 - dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina, e;
- 7 - dragagem de aprofundamento dos Portos de Paranaguá e de Antonina.

**II** – Em vista da Licença de Operação nº 12631 emitida pelo IAP para a dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina, o IBAMA aceitará que esta tenha validade pelo prazo máximo de 02 meses a partir da assinatura deste TERMO, realizando a análise da documentação apresentada pela APPA e dando prosseguimento ao licenciamento ambiental desta atividade.

**III** - Encaminhar à APPA os Termos de Referência definitivos, após oitiva dos vários Órgãos participantes do licenciamento, para subsidiar a elaboração dos Estudos Ambientais para a continuidade dos processos acima citados;

**IV** – Encaminhar, dentro de 06 meses da publicação deste TERMO, o Termo de Referência para a elaboração da AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA das atividades portuárias atuais e previstas nas Baías de Paranaguá e de Antonina;

**V** - elaborar pareceres, relatórios e notas técnicas, contendo apreciação técnica da documentação apresentada pela APPA, encaminhando cópias dessas análises ao mesmo para conhecimento e adequações;

**VI** - Realizar vistorias técnicas periódicas de acompanhamento e apreciação das atividades desenvolvidas nos Portos de Paranaguá e de Antonina, avaliando a adequação destas à legislação ambiental e as condições técnicas elencadas no licenciamento ambiental;

**VII** - Exercer as atribuições de controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste TERMO, conforme os ditames da Lei nº 9605/1998 e Decreto nº 6514/2008, realizando, caso necessárias, as ações previstas nestes instrumentos legais.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DA APPA**

Constituem como compromissos a serem atendidos pela APPA:

**I** – Apresentar ao IBAMA, no prazo de 15 dias a partir da assinatura deste Termo, a seguinte documentação documentação relativa à dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina:

A - Estudos e Programas Ambientais, em formato impresso e digital, ora apresentados ao IAP para subsidiar a emissão da Licença de Operação nº 12631;

B- Resultados do monitoramentos ambientais realizados até o momento durante a execução da dragagem de manutenção;



APPA deve manter, sempre no IBAMA, para efeitos de controle do cumprimento do presente licenciamento ambiental;

PARÁGRAFO SEGUNDO - as disposições desta CLÁUSULA não excluem o IBAMA da participação de, em determinadas áreas, projetos e atividades de licenciamento ambiental, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, da Resolução CONAMA 23/1997.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS DO IBAMA

Constituem como compromissos a serem assumidos pelo IBAMA:

I - Realizar o controle do licenciamento ambiental das obras, projetos ou atividades de licenciamento ambiental, incluindo:

- 1 - Regularização ambiental do Porto de Paranaguá;
- 2 - Regularização ambiental do Porto de Antonina;
- 3 - Ampliação do Cais Oeste (Terminal de Exportação de Grãos Sólidos);
- 4 - Ampliação do Cais Leste (Terminal de Contêineres);
- 5 - Ampliação e Modernização do Porto de Antonina;
- 6 - dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina; e
- 7 - dragagem de aprofundamento dos Portos de Paranaguá e de Antonina.

II - Em vista da Licença de Operação nº 12671 emitida pelo IAP para a dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina, o IBAMA aceitará, por uma única vez, a validade pelo prazo máximo de 02 meses a partir da assinatura deste TERMO, realizando a análise de documentação apresentada pela APPA e dando encaminhamento ao licenciamento ambiental destas atividades.

III - Encaminhar à APPA os Termos de Referência definitivos, após oitiva das vistas (fotos, parâmetros de licenciamento, para subsídio e elaboração dos Estudos Ambientais para a continuidade dos processos acima citados.

IV - Encaminhar, dentro de 06 meses da assinatura do TERMO, o Termo de Referência para a elaboração de AVALIAÇÃO AMBIENTAL IMPACTO AMBIENTAL, realizada após oitiva das vistas para a análise de Paranaguá e de Antonina.

V - elaborar pareceres, relatórios e notas técnicas, constantes especificações técnicas de documentação apresentada pela APPA, encaminhando cópias dessas análises ao mesmo para conhecimento e acompanhamento;

VI - Realizar visitas técnicas periódicas de acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas nos Portos de Paranaguá e de Antonina, visando a adequação das atividades ambientais e as condições técnicas exigidas no licenciamento ambiental;

VII - Encetar as atividades de controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste TERMO, conforme os termos da Lei nº 9503/1998 e Decreto nº 6514/2008, realizando, caso necessário, as ações previstas nestes instrumentos legais.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS COMPROMISSOS DA APPA

Constituem como compromissos a serem assumidos pela APPA:

I - Aguardar, no IBAMA, no prazo de 15 dias a partir da assinatura deste Termo, a entrega de documentação documental relativa à dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina;

A - Estudos e Programas Ambientais, em formato impresso e digital, em conformidade com IAP para subsídio a emissão da Licença de Operação nº 12671;

B - Relatórios de monitoramento ambiental, realizados até o momento da emissão e vigência da Licença de Operação;





C- Anuências existentes de outros Órgãos, legalmente exigíveis, como a Marinha do Brasil;

D - Cópia integral do respectivo processo administrativo no âmbito do IAP, permitindo a continuidade do licenciamento ambiental desta atividade junto ao IBAMA.

II - A APPA fica ciente de que a Licença de Operação nº 12631/IAP, para a dragagem de manutenção dos Portos de Paranaguá e de Antonina, somente terá validade de 02 meses a partir da assinatura deste TERMO, período em que o IBAMA analisará a documentação requisitada e emitirá manifestação conclusiva relativa à dragagem de manutenção.

III - Após recebimento dos Termos de Referência definitivos, a APPA deverá protocolar, dentro de 04 meses, no IBAMA os Estudos Ambientais requisitados para a regularização ambiental dos Portos de Paranaguá e de Antonina;

IV - No caso de determinação do IBAMA de adequações/complementações dos Estudos Ambientais apresentados para a regularização ambiental dos Portos de Paranaguá e de Antonina; a APPA deverá protocolar os estudos revisados no prazo máximo de 02 meses da respectiva notificação.

V - No caso de necessidade de complementações do Plano de Emergência Individual dos Portos de Paranaguá e de Antonina, recentemente apresentado, a APPA deverá apresentar as adequações no prazo de 02 meses após o recebimento da notificação pelo IBAMA;

VI - Até a aprovação final do Plano de Emergência Individual dos Portos de Paranaguá e de Antonina, a APPA terá responsabilidade integral na adoção de ações imediatas de resposta à qualquer acidente ou emergência ambiental que cause ou possa vir a causar impacto ou dano ambiental em decorrência das operações portuárias dos Portos de Paranaguá e de Antonina;

VII - Comunicar imediatamente ao IBAMA a ocorrência de qualquer acidente ou emergência ambiental que venha a demandar a aplicação das ações do Plano de Emergência Individual.

VIII - realizar as consultas ao IBAMA relativas à definição da competência do respectivo licenciamento ambiental de novas atividades ou empreendimentos no âmbito dos Portos de Paranaguá e de Antonina, conforme Parágrafo Primeiro da CLÁUSULA SEGUNDA;

IX - proceder a paralisação imediata de quaisquer obras de ampliação da capacidade portuária porventura licenciadas pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, e que sejam de competência federal conforme os critérios da CLÁUSULA SEGUNDA, comunicando estes casos ao IBAMA, e submetendo tais projetos ao licenciamento ambiental federal;

X - Apresentar, dentro de 01 ano do recebimento do Termo de Referência, a AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA das atividades portuárias atuais e previstas nas Baías de Paranaguá e de Antonina.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

I - Fica assegurado ao IBAMA, a qualquer tempo, o acompanhamento e verificação do andamento dos trabalhos e cumprimento das obrigações assumidas neste TERMO, cabendo a esse Instituto a adoção das medidas administrativas necessárias para a implementação do mesmo.

II - A APPA deverá prestar o apoio necessário para a realização de vistorias e disponibilização das informações solicitadas pelo IBAMA, bem como enviando documentos comprobatórios do atendimento desse TERMO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES

I - O descumprimento pela APPA de qualquer das obrigações, formas e prazos previstos no presente Termo de Compromisso implicará na cominação de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), corrigida pelos índices oficiais, até o efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

III - Esta penalidade, porém, não exclui a obrigação de reparação do dano ambiental e aplicação das demais sanções legais cabíveis sempre que se verificar infração à norma ambiental, como também,





das medidas de fiscalização pelo IBAMA e demais Órgãos Ambientais no exercício de suas atribuições legais.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS

I - O presente TERMO poderá ser alterado através de Termo Aditivo, mediante expressa concordância das partes.

II - As partes poderão, diante de novas informações, ou se assim as circunstâncias o exigirem, propor a revisão ou a complementação dos compromissos ora firmados, baseados em critérios técnicos ou novas informações que justifiquem tais alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO, com eficácia de título executivo extrajudicial, produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, a ser pactuado entre as partes.

#### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA publicará no Diário Oficial da União o extrato do presente Termo de Compromisso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da sua celebração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito como Foro competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília para dirimir eventuais conflitos decorrentes deste TERMO.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, 29 de OUTUBRO de 2009.

[assinatura]  
Roberto Messias Franco  
Presidente do IBAMA

[assinatura]  
Daniel Lúcio Oliveira de Souza  
Superintendente da APPA

Anuente:

[assinatura]  
Vitor Hugo Burko  
Diretor-Presidente do IAP

Testemunhas:

[assinatura]  
cargo/órgão

[assinatura]  
cargo/órgão

[assinatura]  
cargo/órgão  
ARSA

[assinatura]  
cargo/órgão  
Estágio/GAMAR  
APPA



das medidas de fiscalização pelo IBAMA e demais Órgãos Ambientais no exercício de suas competências legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES FATURADAS

I - O presente TERMO poderá ser alterado através de Termo Aditivo, mediante aprovação consensual das partes.

II - As partes poderão, diante de novas informações, ou se estas se apresentarem e exigirem, propor a revisão ou a complementação dos compromissos ora firmados, baseados em critérios técnicos ou novas informações que justifiquem tais alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO, com eficácia de título executivo extrajudicial, produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, e ser pactuado entre as partes.

#### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA publicará no Diário Oficial da União o texto do presente Termo de Compromisso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da sua celebração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito como Foro competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília para dirimir eventuais conflitos decorrentes deste TERMO.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

EM BRANCO

BRASIL, 24 de OUTUBRO de 2007.

\_\_\_\_\_  
Lílian Lúcia Oliveira de Souza  
Superintendente do IBAMA

\_\_\_\_\_  
Roberto Messias Franco  
Presidente do IBAMA

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Vitor Hugo Bordin  
Diretor-Presidente do IBP

\_\_\_\_\_  
Carimato

\_\_\_\_\_  
Eliana Lúcia de Azevedo  
IBAMA

\_\_\_\_\_  
Carimato  
\_\_\_\_\_  
Carimato  
IBAMA

